

**ASSOCIAÇÃO JUINENSE DE ENSINO SUPERIOR DO VALE DO JURUENA -
AJES
INSTITUTO SUPERIOR DE EDUCAÇÃO DO VALE DO JURUENA – ISE
ESPECIALIZAÇÃO EM PSICOPEDAGOGIA**

9,0

**UM ESTUDO SOBRE OS PROGRESSOS DA CRIANÇA NA APROPRIAÇÃO DA
LEITURA E ESCRITA NA ALFABETIZAÇÃO**

ROSEMERY VALKINIR

Orientador: Prof. Ilso Fernando do Carmo

**ASSOCIAÇÃO JUINENSE DE ENSINO SUPERIOR DO VALE DO JURUENA -
AJES
INSTITUTO SUPERIOR DE EDUCAÇÃO DO VALE DO JURUENA – ISE
ESPECIALIZAÇÃO EM PSICOPEDAGOGIA**

**UM ESTUDO SOBRE OS PROGRESSOS DA CRIANÇA NA APROPRIAÇÃO DA
LEITURA E ESCRITA NA ALFABETIZAÇÃO**

ROSEMERY VALKINIR

Orientador: Prof. Ilso Fernando do Carmo

*“Trabalho apresentado como exigência
parcial para a obtenção do título de
Especialização em Psicopedagogia”.*

ROLIM DE MOURA/2008

**ASSOCIAÇÃO JUINENSE DE ENSINO SUPERIOR DO VALE DO JURUENA -
AJES
INSTITUTO SUPERIOR DE EDUCAÇÃO DO VALE DO JURUENA – ISE
ESPECIALIZAÇÃO EM PSICOPEDAGOGIA**

BANCA EXAMINADORA

Prof. Ilso Fernando do Carmo
ORIENTADOR

RESUMO

O desafio que motivou esta pesquisa bibliográfica sobre a alfabetização é compreender os progressos que as crianças têm na sala de aula quando os professores oferecem para os alunos leituras significativas, com diversos portadores de texto. Pois ao chegarem à escola, as crianças já tiveram contato com a leitura e escrita através de rótulos, embalagens, placas e outros portadores de texto em sua vida cotidiana. A escola, ao ignorar o conhecimento que a criança traz consigo, acaba trabalhando com cartilhas e métodos tradicionais que empobrecem a aprendizagem do aluno, pois desde quando ela nasce ela já está tendo contato com a leitura e a escrita. Para ler e escrever o indivíduo precisa construir conhecimento o que a escrita representa e de que forma ela representa graficamente a linguagem. Isso nos mostra que a alfabetização não está restrita à atividade de memorização, mas é um processo no qual o sujeito necessita resolver problemas até chegar à compreensão da linguagem. A aprendizagem da leitura e escrita é um processo contínuo de descobertas e investigações. Ao produzir a linguagem escrita a criança vai construindo seu saber, pois essa aprendizagem se processa pelo uso da leitura e escrita em situações significativas para ela. Durante a alfabetização é importante que a criança tenha acesso a diferentes portadores de texto de maneira que possa diferenciar o tipo de texto existente em cada suporte. Nesse sentido, a leitura em sala de aula assume uma importância fundamental e consiste em colocar o aluno em contato com materiais escritos, para que ele possa desvendar o mistério de ler. Sendo assim pude perceber que as cartilhas não trazem textos significativos para as

crianças e que não possibilita o gosto pela leitura. Cabe ao professor oferecer momentos prazerosos de leitura para que ela possa progredir.

AGRADECIMENTOS

A Deus, pela nossa existência.

A todos que contribuíram direta ou indiretamente para a realização deste trabalho, aos colegas que me auxiliaram no desenvolvimento desta monografia.

Aos professores, que preocupados com o nosso saber teórico se dedicaram com sabedoria e paciência durante todo o curso, contribuindo assim para nosso crescimento profissional.

Ao professor Ilso Fernando do Carmo por ter disponibilizado tempo, dedicação, compreensão e orientação incansável para que este trabalho pudesse acontecer.

DEDICATÓRIA

Ao meu esposo Gilson, a minha filha Emilly de três anos, aos meus pais e todos meus familiares por ter me incentivado e compreendido durante a realização deste trabalho, e também a todos que tem o hábito de ler.

MENSAGEM

A leitura é sempre apropriação, invenção, produção de significados. Segundo a bela imagem de Michel de Certeau, o leitor é um caçador que percorre terras alheias. Apreendido pela leitura, o texto não tem de modo algum _ ou ao menos totalmente _ o sentido que lhe atribuem seu autor, seu editor, seus comentadores. Toda a história da leitura supõe em seu princípio, esta liberdade do leitor que desloca e subverte aquilo que o livro lhe pretende impor. Mas esta liberdade leitora não é jamais absoluta. Ela é cercada por limitações e hábitos que caracterizam, em suas diferenças, as práticas de leitura. Os gestos mudam segundo os tempos e lugares, os objetos lidos e as razões de ler. Novas atitudes são inventadas, outras se extinguem. Do rolo antigo ao códex medieval, do livro impresso ao texto eletrônico, várias rupturas maiores dividem a longa história das maneiras de ler. Elas colocam em jogo a relação entre o corpo e o livro, os possíveis usos da escrita e as categorias intelectuais que asseguram sua compreensão.

(Roger Chartier)

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	09
CAPÍTULO I – UM BREVE HISTÓRICO DA LEITURA E ESCRITA.....	11
1.1 – O surgimento da leitura no Brasil.....	11
1.2 – O surgimento da escrita.....	15
CAPÍTULO II – OS PROCESSOS DA ALFABETIZAÇÃO.....	17
2.1 – As construções das crianças.....	17
2.2 – A prática pedagógica dos professores.....	20
2.3 – Como apropriar de textos na alfabetização.....	22
CAPÍTULO III – ALFABETIZAR EM CONTEXTOS DE LETRAMENTO.....	25
3.1 – O que é letramento.....	25
3.2 – Alfabetização e letramento na sala de aula.....	27
3.3 – Letramento e leitura da literatura.....	28
CAPÍTULO IV – CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	32
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	35

INTRODUÇÃO

O presente estudo tem com enfoque principal a leitura e a escrita na alfabetização, enfatizando a história da leitura no Brasil os progressos da leitura e escrita na alfabetização, a apropriação de textos e como se tornar um aluno letrado.

O ensino da leitura e da escrita tem sido uma das grandes preocupações dos teóricos educacionais frente às exigências da sociedade atual. Não basta que a criança apenas decodifique o que está lendo ou escrevendo. Mas que ela possa se transformar num indivíduo que além de saber ler e escrever saiba exercer as práticas sociais da leitura e escrita na sociedade.

Observa-se, porém, que a leitura como prática social não é priorizada na formação do leitor que lê apenas por imposição do professor.

As crianças desde pequenas precisam criar o gosto pela leitura, pois devem ser estimulada pelos pais e professores com histórias infantis, ou seja, com leituras prazerosas.

Percebe-se que crianças que estão sendo alfabetizadas em salas com diversos portadores de textos, são mais desenvolvidas e criativas. Muitos alunos não lêem, pois não foi trabalhada a leitura quando crianças, por isso sentem dificuldades atualmente. Poucos alunos que freqüentam as escolas conseguem atingir um nível adequado de leitura.

Portanto, percebe-se o quanto é enriquecedor um processo alfabetizador baseado na relação da criança com uma diversidade de textos, seja como ouvinte, redator ou leitor, para que quando adultas saibam ler fluentemente e fizer uso da mesma.

A presente pesquisa bibliográfica foi organizada em três capítulos. O primeiro capítulo trata dos aspectos históricos da leitura e a escrita e suas transformações. O segundo capítulo enfatiza os processos da alfabetização, mostrando as construções das crianças, a importância que o professor tem na sala de aula, a sua prática pedagógica, e a apropriação de diversos textos na alfabetização, pois somente através de leituras significativas que elas possam avançar. Já o terceiro capítulo mostra a importância de ser alfabetizado em contextos de letramento, explicando o que é letramento, alfabetização e letramento na sala de aula, letramento e leitura da literatura. Pois não basta que a criança apenas seja alfabetizada, mas também letrada fazendo uso da leitura e escrita.

CAPÍTULO I

OS PROGRESSOS DA LEITURA NA ALFABETIZAÇÃO

Este capítulo enfatiza o início da leitura no Brasil, e os avanços que teve desde o tempo em que o Brasil era colônia até os dias atuais. Para isto foi feita uma análise dos tipos de leituras que eram feitas nas escolas de antigamente e quem tinha acesso à leitura. Também falaremos sobre o surgimento da escrita, e sua importância para a sociedade e as mudanças que foram feitas no decorrer dos anos.

1.1 – O SURGIMENTO DA LEITURA NO BRASIL

A leitura e a escrita estão presentes na vida de todo indivíduo, tanto na escola, como no trabalho, na nossa casa, e por onde passamos. É por isso que a leitura e a escrita são decisivas na formação de todo cidadão.

A história da leitura no Brasil é cheia de dificuldades, marcada pelo tipo de colonização que aqui se desenvolveu.

A leitura teve início no Brasil com a vinda dos portugueses, com eles vieram também os jesuítas, que foram responsáveis pelo ensino no Brasil por mais de duzentos anos.

Segundo Paulo Chiraldelli Jr.:

“As diretrizes educacionais dos Jesuítas foram dadas pelo Ratio Studiorum, promulgada em 1599, que continuou a influenciar os

educadores do país mesmo após a expulsão da companhia de Jesus do Brasil, em 1729. Boa parte do professorado na primeira república, religiosos ou leigos, tinha suas linhas pedagógicas dirigidas pelos princípios gerais do Ratio Studiorum". (2000, p. 20).

Ou seja, a leitura era totalmente baseada em princípios religiosos, mesmo os Jesuítas sendo expulsos, esse ensino permaneceu durante anos, devido à cultura forjada pelo catolicismo no Brasil. Alguns professores continuam trabalhando em sala de aula esse tipo de ensino tradicional.

"A unidade de professor significava que cada turma deveria seguir seus estudos, do começo ao fim, com o mesmo mestre. Todos os professores deveriam se utilizar da mesma metodologia. E o assunto a ser estudado deveria contemplar poucos autores, principalmente aqueles ligados ao pensamento oficial da igreja, como Tomás de Aquino". (Chiraldelli JR., 2000, p. 20).

Sendo assim a alfabetização passa por dificuldades até hoje, devido justamente ao passado, onde nos foi transmitido um ensino totalmente tradicional.

Na época era proibido todo tipo de material impresso no Brasil, e todo material era trazido de Lisboa e deveria ser analisado antes. Por ser livros de Portugal eram totalmente distante da realidade brasileira.

No período colonial as aulas transcorriam-nos próprios engenhos e fazendas. O mestre que dava aula podia ser o padre, o capelão, ou às vezes o mestre-escola especialmente contratado. Os escravos e as meninas estudavam apenas para cumprir as atividades domésticas. Somente com a vinda da família real portuguesa no Rio de Janeiro, em 1808 é que surgiram os primeiros livros impressos no Brasil. Mesmo assim eram poucos e só a classe da elite que podia ter acesso.

Segundo o professor Paschoal Lemme;

"As poucas escolas públicas existentes nas cidades eram freqüentadas pelos filhos das famílias de classe média. Os ricos contratavam preceptores, geralmente estrangeiros, que ministravam aos filhos ensino em casa, ou os mandavam a alguns poucos colégios particulares, leigos ou religiosos, funcionando nas principais capitais, em regime de internato ou semi-internato. Muitos desses colégios adquiriram grande notoriedade. Sendo assim não havia uma rede de escolas públicas respeitável, somente as classes mais favorecidas era que tinha acesso". (1960,p.16).

Segundo a estimativa feita por Lawrence Haellewell em 1820 apenas 0,20% da população era alfabetizada. Por ser poucos livros imprimidos no Brasil os professores sentiam dificuldades para alfabetizar os alunos, eles improvisavam cópias de documentos que conseguiam nos cartórios e era nesses manuscritos que algumas crianças eram alfabetizadas. Em 1868, foi publicada uma série de livros por

Abílio César Borges, especialmente para o ensino, sendo o seu primeiro livro Percebe-se que crianças que estão sendo alfabetizadas em salas com diversos portadores de textos, são mais desenvolvidas e criativas. Muitos alunos não lêem, pois não foi trabalhada a leitura quando crianças, por isso sentem dificuldades atualmente. Poucos alunos que freqüentam as escolas conseguem atingir um nível adequado de leitura.

Portanto, percebe-se o quanto é enriquecedor um processo alfabetizador baseado na relação da criança com uma diversidade de textos, seja como ouvinte, redator ou leitor, para que quando adultas saibam ler fluentemente e fizer uso da mesma.

A presente pesquisa bibliográfica foi organizada em três capítulos. O primeiro capítulo trata dos aspectos históricos da leitura e a escrita e suas transformações. O segundo capítulo enfatiza os processos da alfabetização, mostrando as construções das crianças, a importância que o professor tem na sala de aula, a sua prática pedagógica, e a apropriação de diversos textos na alfabetização, pois somente através de leituras significativas que elas possam avançar. Já o terceiro capítulo mostra a importância de ser alfabetizado em contextos de letramento, explicando o que é letramento, alfabetização e letramento na sala de aula, letramento e leitura da literatura. Pois não basta que a criança apenas seja alfabetizada, mas também letrada fazendo uso da leitura e escrita.

substituído pelas cartilhas consideradas grosseiras e os materiais manuscritos usado até então. Os demais tinham um caráter enciclopédico, trazendo conteúdos de várias áreas do conhecimento. A série foi reeditada várias vezes por serem bem vistas pelo crítico intelectual da época. Apesar desses livros serem bem aceitos por alguns, para outros era uma tortura. Seria fora da escola que muitos alunos descobriam as obras literárias e tornavam leitores e até escritores. Muitos escritores como Graciliano Ramos e José do Rego narra em seus livros momentos tristes que tiveram em sala de aula.

Em 1889, a expansão da ex-colonização se tornou uma das metas do governo republicano. Houve reformas de ensino e da difusão de novos métodos e teorias educacionais. Porém, os problemas continuavam; prédios mal iluminados, mobiliários precários, professores muitas vezes improvisados e mal remunerados, existindo a palmatória e outros castigos físicos, tomava-se a lição: cada criança lia

em voz alta um texto do seu livro, e aqueles que não conseguiam eram castigados. Apesar de terem surgido vários autores brasileiros consagrados, a leitura continuava precária. Os jornais começaram a lançar folhetins, com histórias publicadas em séries. O público leitor foi se ampliando, mesmo assim chegaram ao século XX com 80% de analfabetos. Neste século, vários autores publicavam livros como “Através do Brasil” de Olavo Bilac e Manuel Bonfim, “A menina de Narizinho arrebitado” de Monteiro Lobato (1921), o qual se torna um grande sucesso na literatura infantil brasileira e nasceu como segundo livro de leituras para escolas. Este livro foi uma grande inovação e que se propunha a leitura despertar prazer, que até então a relação entre a leitura e prazer era considerada nociva. Apesar de todo esse movimento inovador, a lição continuava a ser tomada em voz alta gerando grande angústia nos alunos. A leitura de histórias em quadrinhos era proibida e eram as que mais fascinavam as crianças e jovens dos 30 e 40. Essas proibições os incentivavam a ler escondido.

A ampliação dos meios de acesso à leitura as camadas populares ocorreram entre as décadas de 1950 e 1970, quando surgiram escolas experimentais com a ideia de um ensino centrado no aluno. Com isso houve um aumento significativo do número de livrarias, bibliotecas populares e bibliotecas ambulantes. E assim, o cotidiano da leitura na escola foi mudando, bem como a valorização do trabalho do professor com lançamentos de cadernos de exercícios e manuais de apoio como complemento ao livro.

A literatura infantil invadiu as escolas, e cada vez maior e diversificada. Desde o início da década de 80, o ensino da língua portuguesa na escola, tem sido o centro da discussão a cerca da necessidade de melhorar a qualidade da educação do país. O eixo da discussão na alfabetização, no que se refere ao fracasso escolar, tem sido a questão da leitura e escrita. O Brasil melhorou muito dos anos 50 até nos dias de hoje, mas mesmo assim ainda existe um índice alto de analfabetismo no Brasil. De acordo com Magda Soares a alfabetização vai muito além do que ler e escrever.

“À medida que o analfabetismo vai sendo superado, que um número maior de pessoas aprende a ler e escrever, e a medida que, Constantemente a sociedade vai se tornando cada vez mais centrada na escrita (cada vez mais grafocêntrica), um novo fenômeno se Evidência; não basta apenas ler e escrever”. (SOARES, 2001:45).

A leitura no Brasil melhorou muito, mas mesmo assim ainda faltam mais investimentos na educação. Neste sentido não basta que acabem com o

analfabetismo ou que apenas saibam ler e escrever, mas que se invista numa educação de qualidade para todos. Para que as pessoas saibam fazer uso da leitura e escrita.

1.2 – O SURGIMENTO DA ESCRITA

O homem pelas suas necessidades socioeconômicas, aprende a comunicar o que pensa através de signos que vão se tornando compreensíveis pelos outros homens. A língua escrita assume a função de registrar fatos, idéias descobertas para serem utilizadas imediatamente ou guardadas para gerações futuras.

Vários fatores influenciaram para a difusão e a importância da escrita: Revolução tecnológica _ a invenção da pena metálica e do lápis, o barateamento do preço do papel e a difusão ardósia pequena, que podia ser colocada sobre os joelhos, à preocupação do Brasil com as chamadas classes inferiores, visto como importante estratégia de desenvolvimento econômico e social.

Sendo assim não tem como falar em escrita sem falar em alfabetização, pois a escrita surgiu junto com alfabetização, pois os dois caminham juntos. Segundo CAGLIARI (1998, p. 12).

“Quem inventou a escrita inventou ao mesmo tempo as regras da alfabetização, ou seja, as regras que permite ao leitor decifrar o que está escrito, entender como o sistema de escrita funciona e saber como usa-lo apropriadamente. A alfabetização é, pois, tão antiga quanto os sistemas de escrita. De certo modo, é a atividade escolar mais antiga da humanidade”.

A escrita surgiu da contagem feita com marcas em cajados ou ossos, ou seja, a escrita era feita em formas de símbolos. As pessoas precisavam fazer esses tipos de símbolos para ter controle dos produtos, ou seja, animais e outros.

Para CAGLIARI (1998, p.14) naquela época de escrita primitiva, ser alfabetizado significava saber ler o que aqueles símbolos significavam e ser capaz de escrevê-los, repetindo um modelo mais ou menos padronizado, mesmo porque o que se escrevia era apenas um tipo de documento ou texto.

Com o passar do tempo, as pessoas foram ampliando o sistema de escrita, fazendo com que abandonassem esses tipos de símbolos. Surgindo então

os símbolos que representasse sons da fala como, por exemplo, as sílabas. Essas sílabas surgiram para que tornassem mais fácil para ser memorizado pelas pessoas.

De acordo com CAGLIARI (1998), a escrita começou de maneira autônoma e independente, na Suméria, por volta de 3.300 a.C..

É muito provável que no Egito, por volta de 3000 A.C e na China, por volta de 1500 a .C e esse processo da escrita foi se espalhando pelo mundo. Os Maias da América Central também inventaram uma forma de escrita independente começando pelos numerais que são mais conhecidos pelas pessoas.

Naquela época, os alunos alfabetizavam-se aprendendo a ler algo escrito e depois, copiando. Não é como atualmente, eles aprendiam primeiro, através de palavras soltas, para depois ler textos e outros. Muitas pessoas aprendiam a ler sem ir à escola, pois elas achavam que ler era mais importante que escrever. Quem sabia ler e fazer cópias eram considerados alfabetizados.

Com o uso maior da escrita na sociedade e com a produção crescente de livros escrito a mão (e depois impressos), o alfabeto foi sendo ampliado, foram surgindo formas variantes de representação gráfica das letras sem ser modificado. Isso fez com que uma letra passasse a ser apenas um valor abstrato do alfabeto, que podia ser representado por muitas formas gráficas para que os alunos que estão sendo alfabetizados devem conhecer. Exemplo disso são letras maiúsculas, minúsculas, letras cursivas e outras.

Portanto a escrita teve muitas transformações, até para que as pessoas pudessem ler e escrever de forma que todos pudessem entender melhor.

CAPÍTULO II

OS PROCESSOS DA ALFABETIZAÇÃO

Este capítulo enfatiza a importância do professor em observar as crianças durante a alfabetização e seus conhecimentos prévios, pois as aprendizagens da língua e da escrita não acontecem na vida da criança em um passe de mágica, mas pela construção de estruturas cognitivas e hipóteses próprias que a colocam frente a frente com milhares de informações ricas em formas, cores e tamanhos encontrados nas ruas, jornais, livros, revistas e outros portadores de texto que muitas vezes estão trancados do lado de fora da escola.

2.1 – AS CONSTRUÇÕES DAS CRIANÇAS

Muitas pesquisas foram feitas sobre a alfabetização, uma das mais conhecidas pelos educadores são as pesquisas de Emília ferreiro e seus colaboradores como Ana Taberosky, e Telma Weisz.

Segundo Emília Ferreiro (2000), desde pequenas as crianças já tem contato com a leitura e a escrita, principalmente crianças da zona urbana. Exemplos de escrita são placas nas ruas, nos carros, embalagens de objetos, receitas e muito outros. A criança que vive num ambiente alfabetizador em que o pai, mãe, o irmão lê com certeza já esta familiarizando com a leitura e a escrita e são estas experiências contadas pelos pesquisadores que compõem o repertório individual de cada criança

contribuindo para o seu desempenho escolar. Com essas leituras que as crianças fazem desde pequenas faz com que ela elabora hipóteses sobre o que é ler e escrever.

Quando a família não oferece para a criança um ambiente alfabetizador, aí cabe somente a escola oferecer uma sala alfabetizadora com diversos cartazes sobre textos, parlendas, trava-línguas e muitos outros para que ela também tenha contato com a escrita e formular as suas hipóteses.

Por isso Emília Ferreiro (2000), condena os métodos tradicionais, em que as crianças só aprendiam através das cartilhas, que traz textos descontextualizados, que promove a repetição de palavras, sem dar a importância aos conhecimentos que a criança já possui sobre o que é ler e escrever.

De acordo com Emília Ferreiro:

“As cartilhas ou manuais para ensinar a ler e escrever apresenta-se com orações estereotipadas, impossíveis de encontrar em textos com função comunicativa, informativa ou puramente estética: “Minha mamãe me ama”, “O boi baba”, “O dedo de Dudu dói” são pseudo enunciados que só existem nos manuais escolares, que não comunicam nada, que não informam acerca de nada e que as crianças devem aceitar sem perguntar “que quer dizer”.” (1999, p.34).

Ou seja, a leitura não quer dizer repetições de palavras, e sim uma atividade cognitiva que implica o envolvimento do sujeito na busca e compreensão de significados.

O ato de ler vai além da simples decodificação dos signos, envolvendo a compreensão e a interpretação, pela criança da mensagem presente no texto. Daí a importância de que os professores têm que ter ao passar para os alunos textos significativos.

Segundo Emília Ferreiro (1986:19) *“do ponto de vista construtivo a criança passa por quatro níveis de: pré-silábico, silábico, silábico-alfabético e alfabético”.*

Estes processos devem ser observados nas crianças através de sondagens feitos pelos professores desde o início de sua escolaridade.

No primeiro período, pré-silábico, a criança não estabelece vínculo entre a fala e a escrita, ela acha que pode ler ou escrever através de desenhos, e que os sinais gráficos não significam nada e supõe que a escrita representa o nome

dos objetos; coisas grandes devem ser grandes coisas pequenas devem ser pequenas.

No segundo período silábico, a criança começa a ter consciência de que existe alguma relação entre a pronuncia e a escrita, referenciam as letras aos objetos e só pode assim ocorrer uma leitura interpretativa para ela. A criança começa a descobrir que partes da escrita (suas letras) podem corresponder a outras tantas partes da palavra escrita (suas sílabas). Esse processo envolve a observação da correspondência entre a quantidade de partes de escrita e da emissão sonora.

Neste momento a criança se depara com contradições, exemplo “o monossílabo deveria se escrever com uma única letra, mas se coloca uma letra só, o que ela escreveu não se pode ler, não dá para interpretar, outra contradição é de que os adultos têm sempre mais letras do que as suas escritas”.

No período silábico-alfabético ele já supõe que a escrita representa a fala, e tenta dar valor sonoro as letras e também percebe que deve escrever tantos sinais quanto forem às vezes que mexe a boca. É nesse período silábico-alfabético, FERREIRO (1986, p. 27),) destaca que é o momento que “*marca a transição entre os esquemas prévios e de serem abandonados e os esquemas futuros em vias de serem construídos.*” Novos conflitos surgiram outro exemplo de Ferreiro: a letra “p” vale pela sílaba “PA” porque é o “PA de papais”, e servirá então para escrever pato, mas não para escrever “pipoca” porque é o necessário o “PI” e assim por diante. (FERREIRO, 2000).

As dúvidas e incertezas deste período podem levar as crianças a se recusar a escrever, já que a hipótese silábica já não serve para ler nem escrever, ela não escreveu outro modelo e possível para seu uso.

Na hipótese alfabética (uma letra para cada fonema) isso significa que a criança compreende que a escrita tem uma função social: a comunicação, e demonstra que ela compreendeu o modo da escrita.

Quando a criança atinge o nível alfabético, não significa que ela tenha dominado todas as formas convencionais da língua. Emília Ferreiro mostra que a criança só pode ser considerada alfabetizada, quando lê com compreensão e escreve textos, mesmo que apresente erros de ortografia.

2.2 – A PRÁTICA PEDAGÓGICA DOS PROFESSORES

Muitos autores como Delia Lerner, Magna Soares e outros autores consagrados têm nos mostrado a importância que o pedagogo tem na sala de aula. É ele o maior responsável pelos progressos do seu aluno no que se refere à leitura e escrita.

Segundo Delia Lerner (2002):

“Para comunicar às crianças os comportamentos que são típicos do leitor, é necessário que o professor os encarne na sala de aula, que proporcione a oportunidade a seus alunos de participar em atos de leitura e que ele mesmo está realizando, que trave com eles uma relação “de leitor para leitor”. (p.95).

Sendo assim, o professor deve ser leitor, e que goste de ler, para criar no seu aluno o prazer de ler. Quando o professor não lê, se torna difícil fazer com que o aluno se torne um leitor competente. O professor que não lê para seus alunos, que está somente habituado a leitura de livros didáticos não está contribuindo para a formação de leitores.

“Uma das principais conclusões a que se nos chegou em livros anteriores e nessas novas observações, é que textos dos mais diversos gêneros e funções distintas, verbais, poéticos ou não, são trabalhados nas escolas observadas, segundo sugestões dos manuais didáticos. Da mesma maneira, os exercícios que a eles se aplicam são quase idênticos, o que na maioria das vezes leva alunos e professores a leituras demasiadamente limitadas, pouco críticas e criativas, quando não totalmente inadequadas ou equivocadas, limitando também o conhecimento da realidade tematizada”. (CHIAPPINI, 2000, p.10).

Percebe-se assim que sua prática pedagógica é somente entrar na sala de aula, e transmitir seus conhecimentos e ponto. Não fornece materiais adequados com a diversidade textual, que estão fora dos livros didáticos e que são muito importantes para os avanços das crianças na alfabetização.

Os professores precisam observar e refletir sobre as necessidades existentes para que as práticas a serem desenvolvidas considerem o sujeito imaginário onde as ações planejadas sem reflexão e observação não atinjam as prioridades do sujeito.

Segundo Telma Weisz (2003, p. 24).

“O conhecimento novo aparece como resultado de um processo de ampliação, diversificação e aprofundamento do conhecimento anterior que ele já detém. Assim sendo, é inerente a própria concepção de aprendizagem que se vá buscar o conhecimento prévio que o aprendiz tem sobre qualquer conteúdo”.

De posse do que ele carece e o e o que ele sabe é que se partirá para ação de planejar e executar. Sendo assim, a prática do professor é fundamental para a garantia desses objetivos, uma vez que este é o principal responsável pela formação do leitor na alfabetização.

O planejamento do professor é de suma importância para o ensino da leitura. Qualquer atividade que o professor for propor para o aluno deve ser pensada e planejada antecipadamente para ser executada e avaliada como qualquer outra atividade que se planeja para trabalhar com o aluno. Para que isto aconteça vale ressaltar que isto exige conhecimento teórico e metodológico do professor para pensar e diversificar as atividades, intervindo na formação do aluno. As atividades de leitura também podem ser trabalhadas de forma interdisciplinar como projetos, seqüências de atividades, e atividades habituais.

De acordo com essas metodologias de projetos NASCIMENTO E SOLIGO afirmam (1999, p.41).

“É ideal um projeto compartilhado de leitura definindo coletivamente as metas que pretendem alcançar em relação à prática de leitura, os educadores facilitam o próprio trabalho. Se não houver possibilidade de um educador assumir a coordenação geral é possível dividir as tarefas, partilhando entre vários professores a responsabilidades pelo projeto e por seus desdobramentos”.

É preciso que os professores sejam parceiros na realização de projetos e que todos trabalhem em equipe, pois o trabalho realizado por meio de projetos e em parceria permite que as crianças que freqüentam a escola se tornem sujeitos do processo de ensino, oportunizando-lhes vivenciar situações reais, alicerçadas no seu cotidiano.

Além dos projetos, há outros tipos de atividades que devem ser priorizadas pelos professores são elas: habituais, seqüências de atividades, atividades independentes que precisam ser trabalhadas no decorrer do ano escolar.

Segundo LERNER (2002, p.88):

“As atividades habituais que se reiteram de forma sistemática e previsível, uma vez por semana ou por quinzena, durante vários meses ao longo de todo ano escolar, oferecem a oportunidade de interagir com o gênero determinado em cada ano da escolaridade e são particularmente apropriadas para comunicar certos aspectos do comportamento do leitor”.

Sendo assim as atividades habituais podem ser utilizadas para favorecer a aproximação da criança com textos que não ousariam ler, devido a sua

extensão. Nesse tipo de atividade, a leitura é compartilhada pelo professor e pelos alunos, que interrompem a leitura em pontos estratégicos para aguçar o interesse e criar expectativas.

As seqüências de atividades também são importantes, são conteúdos que são trabalhados de forma que levem o aluno a participar coletivamente. As seqüências de atividades consistem em ser um pouco diferentes de projetos, pois são organizados em torno de um produto final.

Conforme (SOLIGO 1999, p.28).

“As atividades seqüenciadas são as planejadas em uma seqüência encadeada: o que vem a seguir depende do que já foi realizado e aprendido anteriormente. Por exemplo, atividades para alfabetizar, para ensinar a organizar os textos de um determinado gênero, para ensinar ortografia ou o uso de certos recursos gramaticais”.

Portanto, cabe ao professor utilizar de vários recursos que vão além do livro didático na sua prática pedagógica. Oferecendo condições para que os alunos se tornem leitores tanto alfabetizados como letrados.

2.3 – COMO APROPRIAR DE TEXTOS NA ALFABETIZAÇÃO

O professor que atuam na alfabetização de crianças, tem convivido com muitas críticas a respeito da qualidade de seu trabalho, como fazer com que alunos produzam bons textos e que aprendam também a interpretar, pois sabendo que as necessidades do mundo atual exigem que a alfabetização das crianças não ignore que a unidade de significado da língua é o texto e é por meio dele que as crianças precisam aprende a ler e escrever.

Texto, aqui definido de acordo com Ana Teberosky (1990), é toda e qualquer produção oral ou escrita, sem limites de extensão e que trás consigo alguma mensagem, pois partir de um trabalho em cima de palavras ou frases seria pensar em fragmentar e acreditamos na educação pela totalidade. Ou como afirma GERALDI (1993) *“... texto é o produto de uma atividade discursiva onde alguém diz algo a alguém.”* (p.98).

Para que a criança possa interpretar e produzir textos, é necessário que ela tenha um bom repertório de leituras, tanto de livros literários como jornalísticos e outros, pois, para BAKTHIN:

“O texto (oral ou escrito) como dado primário de todas as disciplinas de um modo mais geral, de qualquer pensamento filosófico-humanista (que inclui o pensamento religioso e filosófico em suas origens) representa uma realidade imediata do pensamento e da emoção, a única capaz de gerar essas disciplinas e esse pensamento. Onde não há texto, também não há objeto de estudo e de pensamento”. (2000:329).

A criança que lê diversos portadores de textos, ela consegue dar sentido ao texto, pois com as informações de outros textos que ela já dispõe, contribui para uma melhor desenvoltura no que se referem os textos.

Nenhum ser humano é capaz de produzir textos, sem antes ter lido outros. Quanto mais conhecimentos um leitor tem sobre o assunto tratado, maiores as possibilidades de fazer inferências. Todo texto deixa alguns espaços em branco a serem preenchidos pelo leitor, que estão implícitas no texto, e o autor contando com os conhecimentos prévios do leitor, não dá essas informações. Por isso antes de pedir que uma criança produza ou interpreta um texto é importante que ela tenha feito muitas leituras de outros textos. Daí a importância que o educador tem na sala de aula. É papel fundamental de o professor despertar no aluno a consciência de que a leitura e a reflexão sobre o processo de composição textual desenvolvido por outros autores são elementos primordiais e fundamentais ao processo de produção, pois facilita para uma melhor compreensão. É importante que o professor saiba organizar um repertório bom de textos para seus alunos, não textos sem significado, descontextualizados como os textos das cartilhas que são oferecidos para os alunos que estão na alfabetização.

De acordo com Emília Ferreiro (2000), as cartilhas não oferecem textos significativos, mostra textos que não tem significado nenhum para o aluno, como por exemplo, “vovô viu a uva” subestimando os conhecimentos que as crianças já possuem.

É imprescindível construir a noção de que as crianças precisam ter contato com diversos textos e não a cartilha que ainda é utilizada por alguns professores. A criança que faz apenas leituras de frases e copia, e não é estimulada para a produção e interpretação de textos, se torna apenas um decodificador e não um ser que é capaz de criar, fantasiar e ser um cidadão crítico perante a sociedade.

Textos sem significados que fogem da realidade do aluno, não possibilita novos conhecimentos e se torna apenas um mero repetidor de palavras, pois:

“O trânsito entre o imaginário e o real não desconsidera os fatores psicológicos. A necessidade de adaptação ao meio ambiente gera estados de desequilíbrio, que provocam vontades e impulsionam a fantasia e a criação. Vigotski ainda diz que se o ser humano fosse totalmente adaptado ao meio ambiente que o rodeia, não haveria base alguma para o surgimento de uma ação criadora. A necessidade e o desejo, portanto, são propulsoras do processo criativo”.(Buoro, 2002:81).

Daí a necessidade de se trabalhar a realidade do aluno, fornecendo textos que levam à criança a imaginação, e que crie o gosto pela leitura, não deve jamais, ser trabalhado como um objeto vazio, com uma explanação de personagens e enredos surdos e mudos.

É de suma importância também que o professor tem o hábito de ler e escrever, com isto pode fazer com que os pequenos leiam; deve-se ler com eles, e parar para ouvir a leitura ainda tímida e descompassada, que os educando realizam do texto de outros autores ou dos textos que eles próprios produzem.

Com isso o professor deve estar atento à escrita dos textos produzidos pelos alunos para que escrevam de forma correta, respeitando a pontuação e dando sentido ao que escreve. É necessário que o as atividades propostas para o educando seja atividades desafiadoras que leva o aluno a pensar. É função também do professor propor ou criar exercícios inovadores que permitam as crianças uma apropriação dos textos.

Ou seja, quando os professores estão preparados para dar aula, o aluno com certeza vai conseguir produzir bons textos e também a interpretá-lo. Por isso é importante que o professor também seja um leitor competente e que tem o gosto pela a leitura.

CAPÍTULO III

ALFABETIZAR EM CONTEXTOS DE LETRAMENTO

Este capítulo aborda a importância do letramento nas escolas, pois vivemos numa sociedade em que a leitura e a escrita estão presentes na vida de todo indivíduo. Deve-se pensar numa alfabetização em que as crianças se tornem tanto alfabetizadas como letradas, que saibam fazer uso da leitura e escrita.

3.1 – O QUE É LETRAMENTO?

Letramento é uma palavra muito conhecida em outros países como Estados Unidos, pouco depois da segunda guerra mundial, no Canadá, assim na França e Inglaterra. Já no Brasil, teve início na metade dos anos de 1980 por especialistas das ciências linguísticas e da Educação, como uma tradução da palavra da língua inglesa Literacy. A palavra letramento surgiu da necessidade de que, embora tidos como alfabetizados, indivíduos jovens e adultos não conseguiram fazer uso sociais da leitura e escrita no cotidiano.

Segundo Magda Soares (2001), sua tradução se faz na busca de ampliar o conceito de alfabetização, chamando atenção não apenas para o domínio da tecnologia do ler e do escrever (codificar e decodificar), mas também para os usos dessas habilidades em práticas sociais em que escrever e ler são necessários.

“Temos despertados para o fenômeno do Letramento – estamos incorporando essa palavra ao nosso vocabulário educacional que já compreendemos que nosso problema não é apenas ensinar a ler e escrever, mas é, sobretudo, levar os indivíduos – crianças e adultos a fazer uso da leitura e da escrita, envolver-se em práticas sociais da leitura e escrita”. (Magda Soares, 2001: 58).

De acordo com a autora, poucas pessoas no Brasil conhecem a palavra letramento, porém aos poucos os educadores e outros profissionais estão compreendendo e percebendo que letramento é diferente da alfabetização. Apesar de que os dois caminham juntos.

“Há assim uma diferença entre saber ler e escrever, ser alfabetizado, e viver na condição ou estado de quem sabe ler e escrever, ser letrado (atribuindo a essa palavra que tem sentido “literante” em inglês). Ou seja, a pessoa que aprende a ler e escrever – que se torna alfabetizada e que passa a fazer uso da leitura e da escrita, a envolver-se nas práticas sociais de leitura e escrita – que se torna letrada – é diferente de uma pessoa que não sabe ler e escrever é analfabeta, ou sabendo ler e escrever, não faça uso da leitura e da escrita e é alfabetizada, mas não é letrada, não vive no estado ou condição de quem sabe ler e escrever e prática a leitura e a escrita”. (Magda Soares, 2001:36).

Sendo assim muitas pessoas são alfabetizadas, mas não sabe fazer uso da leitura e escrita. Não sabe preencher um formulário, escrever cartas tem dificuldade de mexer no caixa eletrônico de um banco, não consegue produzir textos e muitos outros, ou seja, não faz uso da leitura e escrita. Já tem pessoas que não é alfabetizada, mas consiste em ser letrada. Exemplos disso: são pessoas que dita para outro escrever cartas, consegue entender um texto quando o outro lê, sabe fazer uso da leitura e escrita no meio social.

Segundo Soares:

“Um adulto pode ser analfabeto, porque é marginalizado social e economicamente, mas se vive em um meio em que a leitura e a escrita tem presença forte e se interessa em ouvir a leitura de jornais feita por um alfabetizado, se recebe cartas que outros lêem para ele, se dita cartas para que um alfabetizado as escreva (...) se pede a alguém que lhe leia avisos ou indicações afixadas em algum lugar, esse analfabeto é, de certa forma, letrado, porque faz uso da escrita, envolver-se em práticas sociais de leitura e de escrita. Da mesma forma, a criança que ainda não se alfabetizou, mas já folheia livros, finge lê-los, brinca de escrever, ouve histórias que são lidas, está rodeada de material escrito e percebe seu uso e função, essa criança é ainda analfabeta (...) mas já penetrou no mundo do letramento, já é, de certa forma, letrada”. (2003, p.24).

Ou seja, todos que vivem no mundo da leitura e escrita e sabem utilizar no dia-dia podem ser consideradas letradas.

Portanto, letramento e alfabetização são totalmente diferentes e, no entanto não tem como falar em letramento sem falar em alfabetização. Por isso há necessidade de se alfabetizar letrando.

3.2 – ALFABETIZAÇÃO E LETRAMENTO NA SALA DE AULA

Muito antes de a palavra letramento surgir no vocabulário das pessoas, autores como Emília Ferreiro, Paulo Freire e outros autores consagrados vêm falando sobre a importância da leitura na sala de aula, e que o aprendizado do sistema de escrita não se reduziria ao domínio de correspondências entre grafemas e fonemas (a decodificação e codificação), mas se caracteriza como um processo ativo por meio do qual a criança, desde seus primeiros contatos com a escrita, construiria e reconstruiria hipóteses sobre a natureza e o funcionamento da língua escrita, compreendida como um sistema de representação. A criança desde pequenas já vem tendo contatos com livros, e muitos outros.

Segundo Delia Lerner (2002,26):

“Portanto, desde o principio, a escola deve fazer as crianças participarem em situações de leitura e de escrita. São necessário pôr a sua disposição materiais escritos variados, é necessário ler para elas muitos e bons textos para que tenham oportunidade de conhecer diversos gêneros e possam fazer antecipações fundadas nesse conhecimento”.

Daí a importância de integrar o letramento na alfabetização, pois todo indivíduo vive numa sociedade letrada, em que a língua escrita está presente de maneira visível e marcante nas atividades cotidianas, inevitavelmente eles terão contato com textos escritos e formularão hipóteses sobre sua utilidade, seu funcionamento, sua configuração. Educadores que não trabalha com diversos portadores de textos e que somente ensina a ler e escrever através de cartilhas, não está dando oportunidade para a criança se tornar um cidadão letrado, crítico, perante a sociedade em que vivemos.

É papel da escola, oferecer condições para que os alunos consigam fazer uso de práticas sociais da leitura e escrita. De acordo com Magda Soares (2001, p.32):

“As escolas são instituições às quais a sociedade delega a responsabilidade de promover as novas gerações das habilidades,

conhecimentos, crenças e valores e atitudes consideradas essenciais à formação de todo e qualquer cidadão”.

Nesse sentido, a criança deve ser alfabetizada com textos em gêneros de circulação social concreta, no qual são importantes na sociedade atual. Crianças que praticam o letramento em sala de aula, exemplos; professores que levam as crianças para a cozinha e ajudam cozinhar seguindo uma receita, e que lê jornal e vê uma reportagem interessante e faz recontos ou que escreve cartas, tudo isso ajuda para que se torne uma criança letrada.

Por isso a necessidade que o professor tem ao trabalhar a realidade do aluno, criando o prazer de ler e escrever, não como obrigação. Quando o aluno adquire esses conhecimentos em sala de aula, com certeza saberá fazer uso da leitura e escrita no seu cotidiano.

3.3 – LETRAMENTO E LEITURA DA LITERATURA

A literatura infantil é muito importante para o progresso da leitura e escrita na alfabetização.

Antes de a literatura infantil surgir no Brasil, na Europa no século XIII já fazia o maior sucesso. Somente no século XIX com o advento da República, é que começou a se falar em literatura no Brasil, uma vez que os professores trabalhavam utilizando apenas o livro didático.

ZILBERMAN (2005), explica que autores começaram a produzir livros para as crianças por perceberem que elas gostavam de ouvir histórias contadas pelas ex-escravas, babas, mães e avós. Com isso foi surgindo livros de histórias infantis que levam à criança a imaginação. Sabendo disso é que pesquisadores e pedagogos estão entrosando esses livros na escola. A literatura leva a criança a pensar e fazer uso da leitura e escrita na sua vida.

“Capacitando o ser humano a pensar e agir com liberdade, ainda que mediada pela fantasia e pelo imaginário, a leitura sinaliza o perigo para sociedades ou indivíduos autoritários. Por isso, nunca deixou de ser criminalizada, encarnando o demônio, a magia ou o desconhecido temido pelos poderosos. Ao ser-lhe atribuída a propensão a fazer o mal, ela parece comprovar sua eficiência”. (ZILBERMAN, 2005, p.22).

Daí a necessidade da literatura infantil na alfabetização, pois esses livros levam as crianças a terem o gosto de ler, ser críticas e ser um cidadão letrado.

Muitos autores contribuíram para a literatura no Brasil, mas quem de fato marcou a literatura infantil foi Monteiro Lobato, pois ele escreveu livros de acordo com a cultura do nosso país:

“O papel exercido por Monteiro Lobato no quadro da literatura infantil tem sido seguidamente reiterado, e com justiça com esse autor, rompe-se (ou melhor, começa a ser rompido) o círculo da dependência aos padrões literários provindos da Europa, principalmente no que diz respeito ao aproveitamento da tradição folclórica”. (ZILBERMAM, 2005, p. 145).

Sendo assim, Monteiro Lobato, passou a publicar livros de acordo com a realidade brasileira, descartando a literatura da Europa. O sítio do pica pau amarelo é um exemplo, e é bastante conhecido pelas crianças, pois esse livro faz as crianças entrarem no mundo do adulto, opinando, fantasiando, e agindo sobre os problemas dos adultos.

E assim vários livros foram surgindo no Brasil como livros de Ruth Rocha, Ziraldo Pinto, Ana Maria Machado e muitos outros.

O professor consiste em ser o maior responsável, para que a criança crie o hábito da leitura. O professor deve ler para os alunos diariamente livros literários: como contos, poesias e outros. Na perspectiva do letramento é importante reconhecer a força da oralidade no desenvolvimento lingüístico da criança.

Na afetividade que existe na relação do professor com as crianças menores na escola, é decisiva para introduzi-las no mundo fantasioso e emocionante das histórias, dos poemas, dos jogos, das cantigas, dos brinquedos folclóricos e de músicas acessíveis a sensibilidade infantil. Trabalhar a diversidade textual que se encontra em livros literários faz os alunos entrarem no mundo do letramento.

Segundo Helena Nagamine Brandão (2000, p.42):

“Do ponto de vista pedagógico, o trabalho com esse tipo de texto vai contribuir para a formação de um leitor mais crítico, capaz de “ler as entrelinhas”, desvendando o que Aí está apenas insinuado ou simplesmente”.

Percebe-se assim que a criança que lê histórias infantis, tanto poesias como contos e outros, elas se tornam um cidadão crítico, sabem lutar pelos seus direitos, ela consegue ver o que está oculto no texto.

Para as crianças que estão em alfabetização os contos de fadas e contos populares é um ótimo recurso, uma vez que elas prestam mais atenção nesses tipos de literatura.

Maria Flora Guimarães (1999. p.85) afirma:

“Os contos populares fazem parte de uma literatura originalmente oral, viva e sonora, destinada a um auditório que não sabia ler, mas que determinava a técnica da exposição da própria narrativa: exposição simples, que segue a sequência lógica, sem pormenor que demore ou que não seja indispensável”.

Sendo assim, os contos populares são leituras simples para as crianças em alfabetização. Elas desde pequenas são estimuladas pelos pais e depois pelos professores.

Os contos populares são importantes por mostrar ensinamentos às crianças, principalmente às histórias da Bela e a Fera, Joãozinho e Maria que mostra as dificuldades das pessoas em busca de alimentos para a família.

As fábulas também nos mostram um ensinamento, ou seja, uma moral que faz as crianças a pensarem sobre a mesma.

A poesia também é um recurso importante na literatura, pois ela oferece ao leitor possibilidades para pensar a língua e sua carga expressiva. Ao mesmo tempo em que traz uma carga de informação, também conduz a uma reflexão mais ampla que envolve desde questões existências até o posicionamento do sujeito-leitor no seu grupo social. O professor pode ler poesias para os alunos, e pedir para eles produzir outros. É lendo livros literários, tanto poesias, fábulas, contos que as crianças ampliam seu repertório de leituras e que facilitara para a produção e entrar no mundo do letramento.

Portanto, aprende-se muito ouvindo e contando histórias, Sentados em roda, lendo silenciosamente e em voz alta. Todos projetam a aventura do herói, o encanto da fada, a festa dos bichos da floresta, os seres terríveis das histórias de medo. O ouvinte e o contador se transformam em personagens, enfrentando dificuldades, buscando respostas e superando situações.

Para contar histórias é necessário realizar ensaios, ler em voz alta até impregnar as palavras, preparar o ambiente, o que seja um momento de prazer, e não um pretexto para cobrar uma atividade, pois empobrece a aula. Ou seja, o

importante é que ao final da história, estabeleça o momento para o recanto onde eles podem colocar suas impressões e emoções a respeito da história.

Enfim, o trabalho com a literatura infantil propicia uma experiência maravilhosa e única, despertando a vontade para ser também narrador entre outros saberes que ajudaram na conquista de culturas diferentes, contribuindo para a formação de indivíduos letrados.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A alfabetização, há décadas é visto como o principal problema na educação brasileira, por haver falta de compromissos por parte de alguns professores, falta de investimentos dos nossos governantes, e também muitas reprovações e evasão dos alunos. Apesar de ter tido muitos avanços, mas ainda falta muito para chegar uma educação de qualidade, pois não basta que todas as crianças freqüentem a escola, mas que ela tem um ensino de qualidade. Iniciamos pela história da leitura e escrita na alfabetização, uma vez que o ensino da leitura era restrito, só quem podia ter acesso era classe da elite.

Diante disso percebe-se que tudo que já foi feito ainda é pouco e que muita teoria e discussão não foram suficientes para mudar às estatísticas. Ou seja, diminuiu o índice de analfabetismo, teve muitos progressos quanto ao numero de alfabetizados. Mas valem ressaltar que não é somente importante que todos tenham acesso à alfabetização, mas que todos se tornem letrados. É necessário que invista nos professores e nos alunos, uma escola com espaços amplos e muitos livros literários e materiais a disposição. E que professores também sejam letrados, que possa participar de cursos e que se profissionalize.

Sendo assim, o professor abrirá caminhos para a leitura e escrita na alfabetização.

Introduzir textos na alfabetização de maneira produtiva significa enfrentar desafios como diz Delia Lerner (2002: 45): *“construir uma nova versão*

fictícia da leitura, uma versão que ajuste muito á pratica social que tentamos comunicar e permita aos nossos alunos se apropriar efetivamente dela!”. Não é fácil articular a teoria construtiva da aprendizagem com as regras e exigências institucionais. É necessário que se encontre uma maneira de administrar bem o tempo, criar novos modos de conduzir a aprendizagem, é preciso conciliar os objetivos pessoais deles. Por fim, elaborar uma boa versão necessita não só de muitos ensaios como também de uma reflexão crítica e profunda sobre cada um deles, para que o seguinte seja mais bem realizado, necessita também da cooperação constante com colegas empenhados na mesma tarefa.

Enfim, trabalhar a diversidade textual com os alunos é fundamental. Permite articulares diferentes modalidades de textos de forma a desenvolver situações didáticas com o propósito de criar condições que favoreçam a formação de leitores e escritores autônomos e críticos, bem como sendo portador do mundo letrado.

É de suma importância que o professor esteja atento às necessidades das crianças desde o início da alfabetização, os seus conhecimentos prévios, e as construções que ela vai fazendo durante a alfabetização, observando os seus níveis de aprendizagem de acordo com Emilia Ferreiro (2000).

Notei também que trabalhando tradicionalmente a leitura e escrita com os alunos, muitos problemas são detectados em relação ao assunto. Nós brasileiros somos considerados maus leitores e escritores. Isso pode ser comparado diante das pesquisas, onde o Brasil no quesito leitura, mantém-se no penúltimo ou último lugar. Pode-se verificar também através de concursos onde o índice de reprovação é elevado.

Entretanto não basta que a criança seja alfabetizada, mas também letrada. Aqueles capazes de fazer uso da leitura e escrita.

Para que a criança seja uma criança letrada é preciso, portanto, confiar numa leitura dinâmica, tendo a participação da família, da escola para que se forme um leitor competente, que por iniciativa própria seja capaz de selecionar, dentre os textos que circulam socialmente, aqueles que possam atender suas necessidades.

Porém, nota-se que crianças para ser alfabetizadas devem-se apropriar da leitura e escrita ainda na alfabetização, na qual se encontra em diversos portadores de textos e que os professores sejam também leitores de fato.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BAKHTIN, M. **Estética da criação verbal**. 3.ed. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

BRANDÃO, Helena Nagamine. **Gêneros do discurso na escola**. São Paulo: Cortez, 2000. V.5.

BRASIL, **Coletânea de textos do programa de formação de professores alfabetizadores** (PROFA); Brasília, Ministério de Educação, SEE, 2001 (modulo III).

_____. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais: Língua Portuguesa de 1ª à 4ª Serie**. Secretaria de Educação Fundamental. Brasília: MEC/SEF, 1997.

BUORO, Anamelia Bueno. **Os olhos que pintam: a leitura da Imagem e o ensino da arte**. São Paulo: Educ./Fapesp/ Cortez, 2002.

CAGLIARI, Gladis Massini. **O texto na Alfabetização**. Campinas: Mercado e Letras, 2001.

CACLIARI, Luiz Carlos. **A respeito de alguns fatos do ensino e da aprendizagem da leitura e da escrita pelas crianças na alfabetização**. In: **Alfabetização e**

letramento: perspectivas lingüísticas. Rojo, Roxane (org.). São Paulo: Mercado das letras, 1998.

CALVALCANTI, Zélia. **Cadernos da TV Escola**. Brasília: Ministério da Educação e do Desporto, Secretaria de Educação a Distância, 1996.

CHIAPPINI, Lígia. **Reinvenção da catedral:** Língua, literatura, comunicação, novas tecnologias e políticas de ensino, São Paulo: Cortez, 2005.

CHIAPPINI, Lígia. (org.) **Aprender a ensinar com textos**. São Paulo: Cortez, 2000.

CHIRALDELLI JUNIOR, Paulo. **História da educação**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2000. (Coleção magistério. 2º grau. Série formação do professor).

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Miniaurélio século XXI escolar:** o mini dicionário da língua portuguesa. 4. ed. Ver. Ampliada. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2001.

FERREIRO, Emília. **Com todas as letras**. 11. ed. São Paulo: Cortez, 2003. (Biblioteca da educação – série 8 – atualidades em educação _ v.2).

FERREIRO, Emília e Taberosk, Ana. **Psicogênese da língua escrita**. POA, Artimed, 1986.

FERREIRO, Emília. **Reflexões sobre a alfabetização**. 25. Ed. São Paulo: Cortez, 2000. (Coleção Questão da Nossa Época. V14).

FREIRE, Paulo. **A importância do ato de ler:** em três artigos que se complementam. São Paulo: Cortez, 1994.

GERALDI, João Wanderley (org.). **O texto na sala de aula:** leitura e produção, Campinas, Casvel, Assoeste, 1984.

_____ **Portos de passagem**. São Paulo, Martins Fontes, 1993.

GUIMARÃES, Maria Flora. **O conto popular**. In: BRANDÃO, Helena Nagamine (org). **Gêneros do discurso na escola**: mito – conto – cordel – discurso político – divulgação, 4. ed. São Paulo: Cortez, 1999. (Aprender e ensinar com textos).

LEMME, Paschoal. **Educação democrática e progressista**. São Paulo: Pluma LTDA, 1961.

LERNER Delia. **Ler e escrever na escola**: o real, o possível e o necessário. Porto Alegre: Artmed, 2002.

MICHELETTI, Guaraciaba. **Leitura e construção do real**: o lugar da poesia e da ficção. São Paulo: Cortez, 2000. (Coleção Aprender e Ensinar com Texto; v4).

_____. **Ofício de professor** - aprender mais para ensinar melhor. Fundação Victor Civita, ago./out./2002.

NASCIMENTO, Cecília Regina & SOLIGO, Rosaura. **Leituras e leitores**. Brasília: Ministério da Educação. Secretaria de Educação à Distância. (cadernos da tv. Escola). Português, 1999.

SMITH, Frank. **Leitura significativa**. 3. ed. Porto Alegre: Arte Médica Sul Ltda., 1999.

SOARES, Magda. **Alfabetização e letramento**. São Paulo: Contexto, 2003.

SOARES, Magda. **Letramento: Um tema em três gêneros**. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2001.

TEBEROSKY, Ana. **Psicopedagogia da linguagem escrita**. Tradução de Beatriz Cardoso. 3. ed. São Paulo: Trajetória Cultural, 1990.

WEISZ, T. **O diálogo entre o ensino e a aprendizagem**. 2. ed. São Paulo: Ática, 2003.

ZILBERMAN, Regina. **A literatura infantil na escola**. 7. ed. São Paulo: global, 1987.

_____. (Org). **A produção cultural para crianças**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1984.

_____. **Como e por que ler a literatura infantil brasileira**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2005.